

## AGRICULTURA URBANA E ÊXODO RURAL

*E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios [...].*

Ferreira Gullar

ANA CAROLINA VINHOLI\*

PEDRO MARTINS\*\*

### Introdução

Este texto trata de apresentar e discutir parte dos dados levantados em uma pesquisa mais ampla na qual se procurou estabelecer a relação entre as práticas de agricultura urbana na cidade de Itajaí, em Santa Catarina, e a possibilidade de esse fenômeno contribuir para o processo de planejamento territorial naquela cidade. Além de refletir sobre o fenômeno da agricultura urbana na atualidade, o texto trata, pontualmente, de apresentar de forma resumida um inventário de experiências institucionais e/ou coletivas envolvendo essa prática, seguido de um resgate empírico da relação entre agricultura urbana e êxodo rural. Esta última abordagem foi realizada a partir de agricultores urbanos individuais. Tais propósitos foram abordados com a intenção de esclarecer a situação das práticas relacionadas à agricultura urbana na cidade de Itajaí, localizada na entrada do Vale do Itajaí, litoral norte de Santa Catarina, a 80 quilômetros de Florianópolis.

### RESUMO

Este artigo investiga as práticas em agricultura urbana desenvolvidas no município de Itajaí/SC, com o intuito de pontuar os principais potenciais e obstáculos para a construção de um processo de desenvolvimento territorial. Trata de identificar a prática de agricultura urbana como parte de estratégias institucionais e, no plano individual, como decorrência do êxodo rural. A metodologia empregada baseou-se na observação participante e em entrevistas semiestruturadas aplicadas aos agricultores individuais e aos representantes das instituições. Conclui-se que a agricultura urbana é um fenômeno em expansão, possui uma estreita vinculação com o êxodo rural e serve de espaço para a conservação de saberes tradicionais.

**Palavras-chave:** agricultura urbana; desenvolvimento territorial; êxodo rural.

### ABSTRACT

This paper analyses the urban agricultural activities undertaken in Itajaí, a port city in Southern Brazil. Its aim is to identify the city's potential for establishing a process of territorial development, as well as what obstacles should be overcome. It understands the urban agricultural activities as part of institutional strategies and, from an individual perspective, as a result of the rural exodus process. The methodology employed consisted in participant observation and semi-structured interviews with individual farmers and representatives of the institutions. The conclusion was that urban agriculture is a growing phenomenon, has a close bond with the rural exodus and serves as a space for conserving the traditional knowledge.

**Key-words:** urban agriculture; territorial development; rural exodus.

\* Mestre em Planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Consultora da empresa *Logos assessoria e projetos*.

\*\* Mestre em Antropologia social, pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Antropologia, pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O que torna a agricultura urbana um objeto de interesse é o contraste observado em relação ao processo de urbanização. A urbanização constitui a mais importante transformação social da atualidade. Segundo dados da ONU, apresentados por Miguel & Grando (2002, p. 09), no ano de 1800 somente três por cento da humanidade vivia nas cidades, ao passo que atualmente cerca de cinquenta por cento da população mundial é urbana – ainda que exista uma grande polêmica acerca do que seja rural ou urbano<sup>1</sup>. Quanto mais o processo de urbanização avança, mais importante se tornam as iniciativas de práticas agrícolas em áreas urbanas. Neste artigo, no entanto, nos limitaremos ao propósito mencionado, envolvendo o inventário de experiências institucionais e coletivas de agricultura urbana e o teste de uma hipótese acerca da origem rural da maior parte dos agricultores urbanos individuais.

Ao nos aproximarmos de Itajaí, observamos que o

município também fez parte da história de um êxodo rural maciço na condição de cidade polo (grande porto regional), receptora de migrantes de todo o estado de Santa Catarina e de outros estados da Federação. Segundo dados oficiais (AMFRI, 2010), o município sofreu um inchaço na área urbana a partir dos anos 1970, como demonstram os índices: em 1980 o município contava com 78.779 habitantes, ao passo que em 2010 totalizava quase 145 mil habitantes.

Segundo Wanderley (2009), o êxodo rural atinge um grande número de pequenos agricultores, especialmente os que não são proprietários ou os que são de forma insuficiente, o que os torna extremamente vulneráveis, no que se refere à sua permanência no local de origem. Assim, o que mais põe em risco a dinâmica do meio rural é o êxodo da sua população, que se traduz pela perda direta e imediata da vitalidade social, representada pela saída em número expressivo de seus habitantes. O êxodo rural, segundo a autora, está diretamente associado à estrutura fundiária dominante no País.

Abramovay (1999) salienta que o êxodo rural brasileiro permanece muito significativo, em especial com a juventude rural, já que a contrapartida é a precariedade com que os núcleos urbanos absorvem seus migrantes rurais: aqueles que mais saem do campo, sobretudo os jovens, são exatamente os que maiores dificuldades vêm encontrando em sua integração aos mercados urbanos de trabalho.

Com ele concorda Stropassolas (2006) ao estudar a realidade de jovens rurais no oeste de Santa Catarina. Para este autor, existem outras motivações para o êxodo dos jovens, sendo uma das mais importantes a busca por um universo diferenciado, por um projeto de vida diferente, além da migração para estudar – o que frequentemente significa uma migração sem retorno. Pesquisa recente de Martins & Welter (2009), no entanto, mostra uma tendência de inversão desta lógica, registrando tanto o processo de migração cidade-campo quanto a permanência de jovens no campo em função da oferta de novas oportunidades de acesso a bens e serviços até então inexistentes.

De acordo com Vesentini (1994), a intensa urbanização que vem ocorrendo no Brasil tem sido acompanhada por um processo de metropolização, isto é, a concentração demográfica nas principais áreas metropolitanas do país. Esse fenômeno se iniciou a partir do momento em que a indústria passou a representar o setor mais importante da economia nacional. Entre suas características, aparecem aspectos da passagem de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, fato esse que só ocorreu no século XX e que se tornou mais pronunciado a partir da década de 1950.

Tendo em conta a expansão das cidades, verifica-se que este fenômeno vem acompanhado da necessidade crescente de fornecer alimentos às famílias que nelas residem. Os índices de pobreza das populações urbanas também têm crescido bem como a dificuldade de acesso à alimentação básica.

Como estratégia de planejamento urbano sustentável, algumas cidades brasileiras recentemente têm desenvolvido projetos de fomento à prática de agricultura urbana em diversas comunidades, em alguns casos com apoio do poder público. Ao fim do século XX, a FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – já estimava que 800 milhões de habitantes de cidades de todo o mundo desenvolviam atividades relacionadas com a agricultura urbana (SATANDREU & LOVO, 2007). Essa prática vem sendo realizada tanto no hemisfério Norte quanto no hemisfério Sul e tem recebido apoio governamental em vários países, entre os quais podemos destacar Tanzânia, Zâmbia, Cuba, Filipinas e Indonésia. No Brasil, cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília possuem bons exemplos desse movimento de produção, conforme registrado por Machado & Machado (2002).

Moreira (2008) vê a agricultura urbana como um fenômeno social e político; fenômeno que possui forte conexão com as questões e temáticas socioambientais e socioespaciais. Na interpretação do autor, por sua dimensão política, a discussão sobre a agricultura urbana traz consigo o debate sobre a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego como efeitos

do desenvolvimento do capitalismo. Neste artigo, queremos demonstrar, também, a ligação entre a agricultura urbana e o êxodo rural ou, melhor dizendo, mostrar como o êxodo rural revela-se o motor da agricultura urbana na cidade de Itajaí.

A categoria agricultura urbana, registra-se em tempo, mostrou-se desconhecida para os entrevistados que tampouco se reconhecem como agricultores urbanos. Essas categorias, no que diz respeito aos praticantes de agricultura urbana em Itajaí, são recursos descritivos externos<sup>2</sup>.

Os dados coletados através de abordagem qualitativa buscaram a interação com os sujeitos observados e a compreensão da sua condição e intencionalidade, tomando-se como recorte os praticantes de agricultura urbana e seus interlocutores. O universo da pesquisa contemplou agricultores urbanos que possuem quintais domiciliares e aqueles que participam de hortas comunitárias ou projetos de hortas medicinais, servidores públicos, representantes de organizações não-governamentais e iniciativas desenvolvidas em entidades assistenciais. Para a coleta de dados empíricos, o trabalho de campo foi realizado nos meses de março a julho do ano de 2011. Junto aos agricultores urbanos, como observação participante, voltou-se a atenção para momentos de comercialização, cuidados com a horta, trato dos animais, preparação de temperos/hortaliças para a venda e outros eventos relacionados ao tema da pesquisa. Além disso, foram realizadas 28 entrevistas semiestruturadas com o propósito de captar a particularidade dos sujeitos e ampliar, assim, o nível de compreensão da sua realidade. O trabalho de campo também incluiu uma consulta sobre o desenvolvimento dos projetos e ações levados a efeito por organizações não-governamentais e poder público.

A pesquisa abordou famílias de distintas condições financeiras, desde aquelas que pagam aluguel em áreas periféricas até aquelas com poder aquisitivo mais alto. A renda familiar desses agricultores urbanos é garantida, em sua maioria, pela aposentadoria. Contudo, foi verificada uma complementação de renda, em alguns casos, através da prática da agricultura urbana, por meio da comercialização de temperos e

hortaliças, além da venda de adubo orgânico gerado pelos próprios animais. A importância da agricultura urbana como fonte de renda é salientada pelo agricultor urbano (60 anos) do bairro Espinheiros, em sua fala:

Eu boto aqui no carrinho de mão as verduras e vendo aqui no bairro, em outros loteamentos, eu vendo aqui nessa redondeza. A venda de porta em porta pode chegar até R\$ 400,00 por mês”. Para complementar sua renda, foi constatado também que algumas pessoas alugam imóveis, fazem artesanato (pano de prato e renda de bilro), são representantes de produtos de beleza ou realizam a coleta de materiais recicláveis.

Há, no entanto, distinção entre as práticas institucionais e a realidade dos agricultores individuais, como se demonstrará a partir de agora.

### **Agricultura urbana em espaços coletivos**

Nesta categoria de “espaços coletivos” incluímos todas as iniciativas não-individuais de agricultura urbana, como organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, escolas e cooperativas.

Uma das organizações não-governamentais envolvidas com a promoção da agricultura urbana em Itajaí é o CEPAGRO (*Centro de Estudos de Agricultura em Grupo*), organização que vem atuando desde o ano de 2006 no município. A organização foi fundada em 1990, por pequenos agricultores e técnicos interessados na promoção da agricultura de grupo, como forma de viabilização das pequenas propriedades rurais. Segundo um agrônomo que atua no município junto às hortas comunitárias,

O projeto de agricultura urbana em Itajaí continua no planejamento do CEPAGRO como um trabalho que foi desenvolvido. Construímos uma metodologia de implantação de hortas comunitárias, tivemos a construção de relações com outras organizações para trabalhar o tema

e, na nossa visão, Itajaí é uma referência e serve como exemplo para outras comunidades visitarem e conversarem com as pessoas sobre os potenciais e limites da prática de agricultura urbana.

Outra instituição que fomenta a agricultura urbana no município é o CEPESI (Centro Público de Economia Solidária de Itajaí), através da Feira de Produtos Orgânicos de Itajaí. A feira ocorre, semanalmente, desde novembro de 2010, no centro de Itajaí, e envolve em torno de 21 famílias, disponibilizando para a comercialização: verdes, temperos, raízes, suco de uva, mel, tomate, abóbora, rabanete, pães, geleias, batata, banana, maçã, morango, berinjela e outros. Há registro de uma agricultora urbana de Itajaí que comercializa temperos na feira.

Na mesma linha, foi mapeada outra iniciativa, esta desenvolvida pela instituição assistencial Lar Fabiano de Cristo. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos que visa atender famílias de baixa renda da cidade. A principal missão do Lar é “promover a família, a criança, o adolescente e o idoso em situação de vulnerabilidade social visando a capacitação humana e a integração entre criança, adolescente, família e idoso.” Atua em Itajaí há 34 anos, com o apoio da CAPEMI e da prefeitura municipal. Tem 32 funcionários e quatro voluntários. O Lar realiza dois programas: o sociofamiliar e o socioeducativo. A entidade oferece vários cursos profissionalizantes para a comunidade e atividades diversificadas para as crianças. O projeto de horta na instituição se iniciou em 1995. Os alimentos produzidos são destinados para idosos (50) e crianças (240) que a instituição atende. Para uma das administradoras da instituição,

Os benefícios da horta advêm do aproveitamento do espaço vazio, economia nas contas, alimentos frescos que auxiliam na saúde (sucos naturais e saladas), e serve como instrumento pedagógico para as crianças, utilizado pelas educadoras.

Ainda relacionado à prática da agricultura urbana no município está o Asilo Dom Bosco que,

atualmente, atende 79 idosos. Segundo a nutricionista do Asilo, “A função principal da horta é alimentar os idosos tentando, no futuro, suprir até 80% da necessidade de alimentos, já que hoje ainda adquirimos muitos alimentos de fora”.

Também envolvido nas atividades de agricultura urbana está o Carmelo de Santa Teresa. Trata-se de um convento da Igreja Católica, localizado no bairro de Cabeçadas, de freiras que vivem enclausuradas, em uma vida de recolhimento e oração; são intituladas de Carmelitas Descalças do Carmelo Santa Teresa. Desenvolvem trabalhos ligados à jardinagem e à horta, fazem terços, escapulários, pinturas, confecções em gesso e bordados (viático, toalhas de altar e outros). Uma das Carmelitas discorre<sup>3</sup> sobre as atividades relacionadas à horta desenvolvidas no convento:

A nossa horta já tem uns 20 anos. É mantida por 5 irmãs enclausuradas. Tudo que plantamos é para nós, que somos em 15 religiosas. Temos plantado aqui no convento: cenoura, alface, beterraba, repolho, brócolis, salsinha, algumas árvores frutíferas, nozes, laranja, caqui, nona e lichia. De chás, temos hortelã e erva-cidreira. Compramos adubo orgânico, mas também ganhamos esterco de peru e de gado. Aproveitamos tudo que sobra da cozinha e a irrigação é feita pela água da chuva e também pela água da rede.

Quanto a ações de farmácia popular, foi identificado na pesquisa o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Saúde do bairro São João. É um trabalho voluntário, iniciado no ano de 2003, com apoio da *Paróquia São João Batista*, da *Prefeitura Municipal de Itajaí* através da Secretaria de Obras (auxílio mensal nas capinas do horto medicinal) e da *Ação Social Arquidiocesana* de Florianópolis (ASA). Atualmente, o grupo conta com 13 voluntários que desenvolvem trabalhos no horto medicinal (área cedida pela filha de uma voluntária, próximo de sua sede). Realizam atendimento à comunidade, semanalmente, visitam idosos e doentes, fazem estudos e manipulação

de receitas, óleos para massagem, produzem sabonetes medicinais, tinturas e travesseiros de ervas. Priorizam o estudo e a manipulação de plantas medicinais como alternativa de saúde para as pessoas. De acordo com uma voluntária, a Pastoral da Saúde do bairro São João

Trabalha com três dimensões: a comunitária, que busca dar informações diretamente à comunidade e envolvê-la; a solidária, pois se trata de um trabalho samaritano, seguindo exemplo de Jesus; e, por último, tem como objetivo a dimensão política institucional, que busca levar o conhecimento dos direitos às pessoas.

O Centro de Convivência do Idoso (CCI – São Judas) também se insere como uma das entidades que promove a prática da agricultura urbana no município de Itajaí. A instituição atende em torno de 380 idosos. No espaço, são desenvolvidas atividades de dança, bordado, pintura, jogos, caminhadas e a horta. Segundo a educadora social da instituição, é importante

Utilizar supilho fino no canteiro para morangos, para conter a praga do caracol. Aprendemos isto em curso dado pela Epagri. Aproveitamos as folhas do pátio – é uma riqueza da terra – e os restos de cascas da cozinha são depositados na horta.

A Casa de Apoio Social, localizada no bairro São Judas, também desenvolve ações de agricultura urbana em Itajaí. A entidade abriga atualmente 15 pessoas do próprio município que não têm onde ficar ou vieram de outros lugares do estado, permanecendo na Casa por um prazo máximo de 45 dias.

O espaço da horta foi ativado em fevereiro de 2011, depois do estímulo dado por uma assistente social que percebeu o potencial de uma área ociosa na Casa e sugeriu a mudança daquele lugar, antes “em mato”, para a construção de canteiros produtivos. A funcionária veio da área rural da cidade de Ipira/SC e é filha de agricultores. Sua família vive da atividade agrícola, com gado de corte, possui vaca de leite somente para subsistência; planta milho, feijão e frutas.

Segundo a assistente social, através do espaço da horta é possível “Fazer uma reflexão com os internos de que eles irão semear e logo irão colher. É uma atividade que está sendo para o bem de todo mundo. Quando cheguei, observei que a área era ideal para a horta. Antes isto tudo aqui era mato”.

Quanto ao cultivo de hortas em unidades escolares, há conhecimento de uma horta instalada no Colégio São José, entidade privada, localizada no centro da cidade. A iniciativa é desenvolvida por uma freira de 82 anos que reside no colégio e que reativou o espaço da horta recentemente. Segundo a religiosa, os alimentos são destinados às crianças que almoçam durante a semana na creche e para consumo das freiras que residem no colégio. Conforme expõe a Irmã que cuida da horta no colégio,

O gosto pela horta surgiu em 1965, quando fui morar em Nova Trento e, como Irmã, dava aula para alunos de *Educação para o lar*. Uma das atividades realizadas foi o cuidado com a horta. Nesse período, contei com o apoio de um agrônomo da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), que dava orientação de como plantar.

Outra iniciativa desenvolvida em unidade escolar, agora pública, é o trabalho promovido pelo *Instituto LouvaDeus*, uma organização não-governamental. Com sede em Itajaí e fundado em 2009, tem como representante um médico psiquiatra que também tem formação em agronomia. A instituição implantou, no início de 2011, um projeto de plantio vertical na unidade escolar *Colégio Gaspar da Costa Moraes*. A instituição visa envolver famílias carentes que possuem filhos na escola, repassando informações sobre compostagem, captação de água da chuva e alimentação saudável através do sistema de plantio vertical, chamado *vertsolo*. O sistema *vertsolo*, que consiste na elaboração de cultivos em vasos superpostos, por isso chamado de horta vertical, está sendo implantado, experimentalmente, com ajuda de alguns voluntários.

Uma das iniciativas pioneiras em agricultura urbana de Itajaí, voltada à organização comunitária em produção orgânica destinada à comercialização, é oriunda da experiência da Horta Comunitária do Portal, localizada no bairro Espinheiros, estimulada desde 2006. Esse projeto teve a participação inicial de oito famílias (que em sua maioria já produziam em seus quintais) e estruturou-se em parceria com o poder público local, através da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria do Bem-Estar Social e do CEPAGRO.

Atualmente, o projeto é mantido por quatro famílias remanescentes, com funcionamento distinto daquele que caracterizou o seu início. Um dos participantes prepara o canteiro e os demais semeiam, ficando a cargo de cada um decidir o destino da produção (cada um se responsabiliza pela compra de suas mudas), se para a venda ou para a subsistência da família. A limpeza do terreno é feita por todos do grupo. As despesas com adubo são compartilhadas, assim como as contas de óleo diesel e energia. A falta da propriedade do terreno, no entanto, causa insegurança quanto à continuidade do projeto.

Registra-se também a horta comunitária do Colégio São Vicente, localizada no bairro São Vicente. Sua proposta se iniciou em 2007, com a intenção de envolver os beneficiados por cestas básicas e medicamentos doados pela Ação Social do bairro São Vicente, organização vinculada à Igreja Católica. Sete voluntários participam, ativamente, do manejo da horta dessa entidade; em sua maioria, são mulheres idosas; além disso, há o envolvimento do padre da paróquia, que adquiriu um microtrator e se encarrega de preparar os canteiros.

Os cultivos são feitos em terreno cedido pela Prefeitura de Itajaí ao projeto, através de convênio que garante à ação social o seu usufruto enquanto estiver sendo utilizado para esse fim.

### **Relação da agricultura urbana com o êxodo rural**

A amostra colhida em campo revela que a maioria dos agricultores urbanos individuais tem

origem rural, sendo oriundos de diversos municípios do estado de Santa Catarina, dentre eles: Barra Velha, Blumenau, Brusque, Concórdia, Gaspar, Itajaí, Ituporanga, Laguna, Nova Trento, Rodeio, Vidal Ramos e Videira. Muitos dos agricultores urbanos entrevistados têm em sua raiz familiar modos de vida presentes no campesinato brasileiro<sup>4</sup>.

Através da história de vida dos agricultores urbanos – entendidos aqui como os sujeitos que desenvolvem práticas agrícolas em contexto urbano –, fica evidente sua familiaridade com as atividades agropecuárias<sup>5</sup> relacionadas ao ambiente rural<sup>6</sup>. Em sua maioria, alegam ter ajudado, ainda quando crianças, em tarefas na propriedade rural, onde residiam com seus familiares. Conforme um agricultor urbano (44 anos), morador no Promorar II,

É do costume. Desde pequeno que eu trabalhei com isto. Geralmente o pai já dizia pra gente pela manhã: ‘você levam as vacas lá pra capinzeira, você limpam as cocheiras, você botam o pó de serra’ Por isto eu faço assim, eu aprendi com o meu pai.

Foram narradas atividades agrícolas ligadas à produção de cana de açúcar, tendo como objetivo a alimentação dos animais domésticos (chamados de criação<sup>7</sup>), produção de melado e açúcar mascavo, fumo, hortaliças, milho (fubá), feijão, arroz, café, aipim (farinha), raízes como batata-inglesa, batata-doce, cará e taiá. Nas propriedades rurais, eram comuns criações de porcos (dos quais se retira a banha e a carne e se produzem os embutidos), galinhas (carne e ovos), marrecos (carne), bois (carne), cavalos (manejo na lavoura, através de tração animal, e como transporte da família) e vacas leiteiras (leite).

Uma agricultora urbana (53 anos) do bairro Ressacada narra quais produtos eram produzidos no campo e qual o seu destino:

Meus pais plantavam cana de açúcar, faziam açúcar. Eles plantavam mandioca, faziam farinha, tinham engenhos, eles plantavam milho, faziam fubá também. E os engenhos até pouco tempo ainda

## AGRICULTURA URBANA E ÊXODO RURAL

existiam, eles faziam melado, o açúcar, cachaça, farinha, polvilho pra fazer o cuscuz. O milho eles usavam mais pra tratar os animais, pra fazer fubá, pães, bolos; eles tinham vaca de leite, faziam queijo, nata; tinham galinha, porco...

Já uma agricultora urbana (71 anos), residente no bairro São Vicente, menciona a qualidade dos alimentos da época e discorre sobre a jornada de trabalho:

Eu sei que o pai plantava arroz. Então o pai comprou outro terreno e lá ele plantava milho, feijão, aipim, cana pro trato. Onde a gente morava, só tinha mesmo o pasto e pouca coisa plantada. O arroz era pra vender. Imagina, há 65 anos atrás era feito tudo no manual. Cortava tudo na mão, não tinha máquina pra colher. Semeava a mudinha, eu sei que ele colocava num saco o arroz, eles deixavam molhado lá no valo de água... Quando ele ficava inchado, daí eles semeavam pra nascer mais ligeiro. A semente era crioula. Não é que nem hoje em dia, transgênica. Antigamente, era somente o arroz amarelão e o amarelinho; só sei que o pai sempre falava. O que ficava em casa era tudo descascado no pilão. Eles aravam, depois ajeitavam o terreno, colocava a água e semeava à mão, que nem semeio o azevem e a aveia pras vacas.

A divisão do trabalho no meio rural, descrita pelos agricultores urbanos, revela distinções por faixa etária e gênero, como notou Welter (1999) ao observar um grupo rural, em Santa Catarina. Constatou-se que às mulheres cabem as funções que dizem respeito ao lar, como assegurar a alimentação da família; quando necessário, a saúde dos familiares e, muitas vezes, auxiliar nos plantios. Aos homens cabem a missão do manejo da terra e a comercialização dos alimentos depois da colheita. As crianças, desde cedo, são estimuladas a ajudar seus pais, auxiliando na busca de lenha, no trato dos animais, na coleta de ovos e em outras tarefas quando solicitadas pela mãe ou pai. Essas características estão vinculadas

ao campesinato<sup>8</sup>, como sugeriu Queiroz (1973), ou à campesinidade, como prefere Woortmann (1990).

Os agricultores urbanos, quando residiam na área rural, tiveram, em sua maioria, a posse da terra, ocupando, em muitos casos de forma partilhada, propriedade com familiares. Conforme expõe uma agricultora urbana (70 anos), do bairro Cidade Nova:

Sou de Gaspar, morei até os nove anos lá. Trabalhava em um engenho de cana e de farinha. Tinha cinco irmãos, todos trabalhavam na roça comigo. As terras eram do meu avô, a família morava tudo junto no mesmo terreno, que era grande.

No entanto, duas situações distintas mostram aqueles agricultores familiares que eram e continuam sendo arrendatários, como é demonstrado pelo agricultor urbano (50 anos) da Fazenda: “Meus pais moram em Alagoas, na região de Itapiraca. Eles ainda hoje não têm terra. Eles alugam, eles arrendam por um ano”.

Aqueles que não possuíam terra viviam migrando para conseguir trabalho, como demonstra um agricultor urbano (50 anos), do bairro Espinheiros:

Desde que nós nascemos, desde pequenininho, com dois, três meses, a mãe já levava pra roça. Daí então nós se criamos na roça. Eu nasci em Nova Trento e, com três anos de idade, fui pra Alfredo Wagner. Nós nunca tivemos terreno próprio, só trabalhamos de arrendeiro. Ia se criando na roça assim: ia lá, já carpia a planta, tudo. Daí foi, fomos trabalhando e, com dez, doze anos de idade, nós já fazíamos empreitada pra sustentar a casa. Daí se foi, mudança e mais mudança, que o pai já teve mais de 30 e poucas mudanças – vê que até lá no Oeste catarinense nós chegamos a morar.

Há situações, entretanto, em que a agricultura urbana acontece em áreas que ainda são consideradas perímetro rural, mas, em virtude da expansão da cidade, hoje são áreas periurbanas, como bem notou Ávila Sánchez (2011). Nesse caso, não ocorreu

a migração dos agricultores familiares para áreas urbanas e, sim, sua permanência na área rural – que se transformou em área periurbana pelo avanço da urbanização –, dando sequência às práticas agrícolas que sempre realizaram. É o que expõe uma agricultora urbana (59 anos) do bairro Fazenda: “Sou natural daqui, nasci em Itajaí. A propriedade é herança das minhas avós materna e paterna. Continuo plantando desde criança até hoje”.

O acesso à terra, para esses agricultores periurbanos ainda em espaço rural, simboliza não somente ter “posses”, mas garante a reprodução social de suas famílias, legitimando seus modos de vida e continuidade. Quando não ocorre, cabe às famílias migrarem, deixando para trás um sentimento de “pertencimento” àquela paisagem, para um lugar distante e, muitas vezes, sentido como indiferente.

### **Migração campo-cidade**

A saída do campo para a cidade observada na pesquisa é justificada por inúmeros motivos; um deles, e mais presente, é a ausência de perspectivas de uma vida melhor, obrigando os jovens a migrarem para a cidade, com a intenção de “serem alguém na vida”.

Segundo uma agricultora urbana (64 anos), do bairro São João, em sua cidade natal não havia condições para permanecer, cabendo somente a saída:

Eu saí de Imaruí porque era uma cidade muito pobre. Ainda na cidade tinha um comércio, umas padarias, mercado, tinha uns aposentados lá. Tudo que era moço e moça, assim como eu, chegando a uma idade que pudesse morar fora, saía de lá e ia trabalhar. O meu marido veio pra Itajaí com a família toda. Os pais venderam tudo lá e vieram colocar um armazém aqui.

O cenário de miserabilidade, ao qual os agricultores eram submetidos em decorrência do emprego das políticas neoliberais, é aqui registrado com a narrativa de um agricultor urbano (50 anos), residente no bairro Fazenda:

Eu comecei com sete anos a trabalhar na roça, fui até os 18 anos. Lá não tinha condições de estudar, daí estudava um mês e o resto ia pra roça. O pai, com nove filhos, falava: “tem que trabalhar, tem que trabalhar, senão não dá conta”. Eu só ia uma vez por mês na escola, lá eles chamavam cartilha. Era muito trabalhoso, a gente nem tinha comida, tinha lá um cafezinho pela manhã, nunca tinha terra, nós sempre alugamos terra. Na época, a gente produzia abóbora, milho, tudo pro gasto. Daí veio depois esse tal de fumo, muito trabalho, não conseguia muito dinheiro, não. Plantava só duas trefinhas, aquele ganhozinho não dava pra nada. Quando chegava final do ano, já tava devendo quase tudo. Daí falei: “vou sair fora, vou aprender uma profissão” e foi onde eu consegui realizar os meus sonhos. No fumo eu fiquei uns dez anos.

Outro aspecto pertinente ao impacto das políticas neoliberais para os agricultores familiares novamente se faz presente na fala de uma agricultora urbana (71 anos), do bairro São Vicente:

Em Presidente Getúlio, a gente plantava aipim, mas daí o aipim não deu mais preço. Então, começamos a ter vacas, vendia leite e criava porcos; nós tinha uma granja de porco, criava para os Pamplona. Nós tivemos uns oito a dez anos granja, mas, depois que o Fernando Henrique entrou, acabou no segundo mandato dele. O porco tava R\$ 1,20, ele colocou pra R\$ 0,80 – R\$ 0,70, lá ficou um ano assim. Nós fomos levando, a gente não queria fechar. Mas um dia eu disse: “vamos acabar com os porcos, nós estamos colocando todo o nosso dinheiro aqui em cima e não vai dar”. E os nossos vizinhos dizendo, “leva, vamos em frente, vamos levando”, porque tinha mais gente lá que trabalhava com os Pamplona em Presidente Getúlio. Daí todo mundo acabou. O mais forte da comunidade faliu. O meu marido disse que não ia plantar mais nada pra sustentar o governo, o que ele tava fazendo com os colonos tudo era brincadeira. Daí muita gente foi trabalhar



em empresa, trabalhar fora, só plantava pra comer. Nós continuamos ali, eu fui trabalhar como doméstica, ali no centro da cidade. Eu tava trabalhando dois anos e pouco lá. E o meu marido tava em casa, cuidando dos porcos, porque a gente queria acabar, mas não dava pra acabar de hoje pra amanhã; você tinha que primeiro despachar as matrizes, porque tinha os porquinhos pequenos, tinha que esperar até a metade do ano para engordar tudo isso ali. Pararam também com as vacas, antes dos porcos, por causa do baixo preço. Eu fazia queijo colonial, nata e queijinho. Toda semana eu carregava na bicicleta e ia pro centro vender pro meus fregueses, de vinte e poucos anos. Quando eu parei, os clientes falaram: “o que nós vamos fazer agora?” Eles queriam também uma pessoa de confiança, que era limpo. Eu não gostei dessa mudança; eu gostava mais de trabalhar na roça, mas a gente viu que não dava. Hoje só sobrevive é o grande, que tem bastante terra, que trabalha só com máquina. Mas o pequeno não vale a pena, como a minha irmã, coitada, que mora longe do centro de Presidente Getúlio. Plantam um pouco pro gasto e ainda bem que são aposentados. Senão, iam fazer o quê? A sorte foi que veio a aposentadoria como agricultor.

A saída do campo para a cidade, em alguns casos, possibilitou melhores condições de vida em ocupações que proporcionavam melhor renda, como na construção civil. Assim narra o motivo da migração uma agricultora urbana (48 anos), do bairro Carvalho:

Eu saí da minha cidade e vim direto pra Itajaí, quando me casei. A família do meu marido também vivia da roça, meu marido chegou a ir pra roça; viviam do fumo. Viemos pra cá porque ele já trabalhava na área da construção.

Outra ocorrência é a migração dentro do próprio município, como é o caso do agricultor urbano (44 anos), do bairro Promorar II, que menciona a

vontade de permanecer com as atividades do campo, mesmo em perímetro urbano:

Eu estou aqui no Promorar há 11 anos. Aqui mudou pouca coisa. Quando eu vim pra cá eu já pensava: ‘pra eu ter os meus bichos. Ali ainda vai demorar pra crescer, então eu vou comprar um lote ali’, porque lá no São Vicente já não podia ter animais.

Sair do rural para a cidade remete, na voz dos agricultores urbanos, a um deslumbramento, esperança de melhores condições de vida para si e seus familiares. No entanto, as condições a que são submetidos nesse novo lugar, como pagar aluguel de sua residência, quando antes no campo tinham casa própria, pagar por alimentos e água, antes gratuitos, são “sentidos” como impactos da saída, não com gosto.

A chegada de muitos agricultores familiares a este novo lugar de morada, a cidade<sup>9</sup>, vai gerar inúmeras alterações nos modos de vida dessas famílias, anteriormente locadas em outra paisagem. É o que demonstra um agricultor urbano (44 anos), morador do bairro Promorar II:

Eu não gosto de morar na cidade. Muito barulho, muita incomodação, porque se tu tem um galo que canta muito alto, eles reclamam, se tu tem um cachorro que late muito, eles reclamam, é bicho. A coisa que eu mais gosto pela manhã é ver um galo cantar, mas antes disso, em 2005, nós tínhamos galinha aqui, tivemos 70 galinhas, eu criei um porco mestiço com javali.

Outra narrativa se faz presente com a agricultora urbana (71 anos), do bairro São Vicente, ao se referir à falta de perspectiva ao chegar à cidade:

Cheguei na cidade com 60 anos. A vida toda vivi na roça. Mudou totalmente as nossas vidas porque lá, quando tu acordava, tu ia tratar as criação. Chegamos aqui, nada disso não tinha mais. À noite, a gente chegava, ia pro rancho tirar leite, tratar das galinhas, porco, vaca, cavalo,

pato, que eu tinha de tudo. Lá não faltava nada. Cheguei aqui tinha que comprar tudo. Eu nunca que comprei verdura, mas quando cheguei aqui eu tive que me acostumar. Tudo tinha que comprar: verdura, fruta, parece que o mundo tinha desabado em cima de nós, porque a gente não tava acostumado com isso.

A ruptura dos laços familiares – entre quem saiu e quem ficou no campo – também deixa marcas que permanecem na memória dos que tiveram que ir para a cidade, conforme nos conta a agricultora urbana (48 anos) do bairro Carvalho: “Eu sentia muita saudade da minha cidade, do lugar onde cresci. Eu chorava muito, saudade da família, do meu trabalho, do lugar”.

Uma agricultora urbana (75 anos), do bairro São Vicente narra, na sequência, não só as mudanças no quadro de saúde daqueles que migraram para a cidade, mas também seu impedimento para retornar ao rural:

Meu pai sentiu muita diferença quando veio pra cá. Ele entristeceu muito, ele queria ir embora. Eu penso que no meu pai bateu a tal da depressão, ele ficou magrinho, ele não comia. Ele queria voltar, mas não tinha nem mais como a gente voltar pra lá, porque ele foi obrigado a vender a terra lá pra comprar essa aqui, que hoje aqui é a minha casa.

Houve aqueles que foram beneficiados com a movimentação da cidade, como a agricultora urbana (61 anos), do bairro Cordeiros, que disse ter um aumento da venda de seus produtos agrícolas: “A expansão da cidade facilitou as nossas vidas, porque assim as pessoas começaram a vir aqui em casa para comprar, aumentou as vendas”.

### **O desejo de retorno ao campo**

Muitos agricultores urbanos anseiam voltar ao campo, retomar a criação de animais num espaço maior, mas não como residência e sim como casa de

passeio aos finais de semana, conforme expõe o agricultor urbano (50 anos), do bairro Fazenda:

Meu sonho é ter uma chacinha. Vai ter nela tudo que tem plantação. Ter uma vaquinha, tirar um leitinho, comprar um cavalinho. Vai ser um sonho, já está começando a chegar perto [está procurando terreno para comprar]. Pra ir aos domingos, finais de semana.

Outros anseiam, ao contrário, fixar raízes no campo e voltar à dinâmica anteriormente vivenciada, como é o caso do agricultor urbano (60 anos), do bairro Espinheiros:

Eu tenho um sonho de conseguir o meu terreno e fazer um tapume de peixe bem caprichado. Depois, continuar com a minha horta, criar uns porquinhos, galinha, gado, umas 2, 3 cabeças de gado, só pra gente ir comendo, matando. Este é o meu sonho, ainda.

Este também é o sonho da agricultora urbana (50 anos), do bairro Espinheiros:

Meu sonho é assim, eu sempre digo pros meus filhos, quando tiver dinheiro, não precisar depender de firmas, essas coisas, eu quero voltar pra Vidal Ramos; eu quero ter uma casa assim bem no meio de um pasto, aquele sossego, aquelas árvores. Este é um dos meus sonhos, é sair da cidade. Eu nunca gostei muito de barulho, dessas coisas assim, meu sonho é voltar realmente pro interior; eu acho que é o meu único sonho. Tem a tua alface, aquelas coisas que tu planta ali tu mesmo vai colher. Isto, sem dúvida, é o meu único sonho de consumo que eu tenho na vida.

Para uma agricultora urbana (71 anos), do bairro São Vicente, o retorno ao campo só seria possível se a condição do agricultor familiar fosse favorável:

Eu tenho muita saudade do que eu vivi em Presidente Getúlio por 30 anos, dos

meus amigos. Claro que se fossem como antigamente, só com os preços melhores. Aí a gente podia ter as galinhas, um porquinho, se você quer uma carne você sabe, porque você tratou. Não é só com ração, que essa carne faz mal pra todo mundo. O que eu criava de pato lá... Era outro gosto. Imagina, tinha fogão a lenha e tudo, forno a lenha pra fazer pão.

Ainda as lembranças de um tempo “difícil”, como agricultores familiares, se fazem presentes nas falas dos, agora, agricultores urbanos. O retorno é percebido como “um sonho”, mas com uma íntima relação com o urbano, através de uma outra renda na cidade que possa garantir momentos de contemplação no rural.

### **A agricultura urbana e o desenvolvimento local**

As práticas agrícolas familiares ou/e individuais na cidade acontecem em quintais e são motivadas pelos seguintes aspectos: agregação na renda familiar, terapia ocupacional, saúde, prazer e segurança alimentar e nutricional através do plantio isento de agrotóxicos.

Uma agricultora urbana (82 anos) do bairro Centro elenca as motivações da prática de agricultura urbana frente à saúde: “Dentre os benefícios de ter uma horta, é que a gente sabe que é puro, que é bom pra saúde, porque não tem agrotóxicos”.

Verificou-se, nos quintais domiciliares, nas hortas comunitárias e nas hortas institucionais de Itajaí, a presença de 39 variedades de verduras, hortaliças e raízes, 27 variedades de frutas, 13 variedades de condimentos/temperos, 59 variedades de ervas medicinais e 14 tipos de animais domésticos.

Os plantios urbanos apresentam, entre suas características, mudas e sementes adquiridas em agropecuárias, de procedência convencional, ou seja, não-orgânicas. Nota-se, assim, que há uma distância entre o desejo de se praticar a agricultura totalmente orgânica e a possibilidade concreta de fazê-lo. Também se tem registro das possíveis trocas realizadas entre

os vizinhos, em se tratando de algumas mudas perenes, como os temperos e os chás.

No quesito irrigação, é pequena a ocorrência da captação de água da chuva. A maioria das iniciativas faz uso da água disponibilizada pelo serviço municipal de água, saneamento básico e infraestrutura (SEMASA), gerando custos extras.

Frente à utilização da compostagem, falta orientação aos agricultores urbanos de como realizá-la adequadamente, já que se limitam a depositar no solo os resíduos orgânicos ou a enterrá-los no próprio canteiro, o que contrasta com experiências mais avançadas desenvolvidas em muitas cidades.

Quanto a ações empregadas para controlar pragas e doenças, verificaram-se algumas medidas de baixo impacto, como: o preparado de fumo, de pimenta e urtiga; de cebola; o uso da gordura de peixe; cinza de fogão; calda bordalesa<sup>10</sup>; água de sabão e a aplicação de cal virgem. Contudo, também se faz uso de agrotóxicos para controlar pragas e doenças nas fases inicial e adulta da planta.

A cidade de Itajaí é vulnerável às enchentes. Assim, várias áreas cultivadas têm sido atingidas nos últimos anos ou se encontram em área de risco. Nesse sentido, foram observadas duas consequências da ocorrência das enchentes: em algumas áreas a produtividade do solo teve aumento após a passagem do fenômeno e noutras teve seu empobrecimento. Ressalte-se neste momento é a inexistência de um controle da qualidade do solo em grande parte das áreas de cultivos, pois não se tem conhecimento se o solo encontra-se contaminado ou está adequado ao plantio. A ausência de um acompanhamento técnico/agronômico evidencia essa situação como demanda.

O processo de recolhimento de adubos orgânicos, presente na própria comunidade, é um dos fatores satisfatórios presentes na agricultura urbana de Itajaí, pois destina os resíduos orgânicos de forma adequada, bem como auxilia na adubação das plantas. Nesse sentido, entende-se que a agricultura urbana tende a promover nos agricultores urbanos de Itajaí o aproveitamento, de forma eficiente e sustentável, dos recursos e insumos locais – solo, água,

resíduos, mão de obra e saberes –, conforme ressaltam em outro exemplo Lara & Almeida (2008).

### Considerações finais

O objetivo do artigo foi apresentar as experiências de agricultura urbana desenvolvidas no município de Itajaí, com o intuito de pontuar os principais potenciais e obstáculos para a construção de um processo de desenvolvimento territorial, relacionando-a com algumas das consequências do êxodo rural.

Percebeu-se que essas iniciativas são desenvolvidas de forma espontânea, em vários bairros da cidade, por mulheres e homens, de diversas idades e condições socioeconômicas, que encontram nessa atividade uma alternativa de melhoria da qualidade de vida (alimentação, renda indireta, lazer), sendo também uma maneira de manter o vínculo com o meio rural. Percebeu-se também que existem na cidade de Itajaí várias áreas – que, atualmente, se encontram ociosas – disponíveis para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Contrariamente à prática dos agricultores individuais, a pesquisa constata que muitas das iniciativas institucionais são recentes. Isso pode significar uma tendência decorrente das crescentes necessidades postas pelo desejo de ampliar o acesso à alimentação em quantidade e qualidade, tendência já consolidada em diversas cidades brasileiras e em muitos outros países.

Entre as conclusões evidenciadas, concebe-se a agricultura urbana como um projeto viável que pode auxiliar na gestão da cidade e que pode ser empregado como apoio para o desenvolvimento territorial almejado em cartilhas públicas. Para tanto, existem algumas recomendações que visam orientar a construção de um plano de desenvolvimento para Itajaí, pautado na promoção da agricultura urbana.

Em relação aos agricultores urbanos, é preciso estimular ações que venham a fortalecê-los, através de apoio à sua organização coletiva; incluí-los, de forma efetiva, nos processos de planejamento e gestão da cidade; dar visibilidade às experiências que demonstrem melhorias na qualidade de vida dos

envolvidos e implantar ações de formação, assessoria e acompanhamento político-organizativo dos grupos de agricultura urbana desenvolvidos pelas organizações não-governamentais, organizações comunitárias e movimentos sociais.

Em relação ao Poder Público, recomenda-se implantar, em sua estrutura organizacional, a agricultura urbana como uma política municipal, prevendo um orçamento que se destine às implicações financeiras; criar um espaço coletivo de diálogo municipal, de planejamento e acompanhamento, que formule uma visão de agricultura urbana fundada na realidade e nos anseios dos agricultores urbanos e atores potenciais de Itajaí; identificar as demandas e desafios, bem como as propostas de ação de fortalecimento através da elaboração de um plano de ação e do seu acompanhamento/monitoramento; ampliar as discussões sobre a agricultura urbana, levando o tema aos espaços públicos da sociedade e do governo, como conselhos municipais e fóruns; e propor a inserção da agricultura urbana como ferramenta de gestão urbana nos programas estruturantes do governo municipal.

Entre os fatores limitantes da prática da agricultura urbana de Itajaí estão: a utilização de alguns agrotóxicos e o pouco aproveitamento dos resíduos orgânicos, sendo que a maioria dos problemas relacionados com a má utilização dos recursos naturais pelos agricultores urbanos se deve à falta de instrução, treinamento e acompanhamento, além da não-continuidade dos projetos, que sofrem pressão em virtude da mudança de gestores públicos, enfraquecendo as iniciativas e desmobilizando a comunidade.

A pesquisa constatou que as áreas agrícolas urbanas em Itajaí constituem locais de grande importância para os envolvidos, para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade e, para a manutenção de saberes tradicionais, além de serem fundamentais na busca da sustentabilidade.

Quanto à identidade dos agricultores urbanos, embora não se reconheçam nestes termos, pode-se pensar que o universo simbólico rural permanece nos sujeitos migrados, dada a irredutibilidade de

muitos aspectos da cultura. Assim, a reprodução em certa medida do modo de vida rural, através das práticas de agricultura urbana e do modo rural de ver e desejar o mundo, constrói, para o sujeito da pesquisa, uma identidade – ainda que esta não esteja absolutamente explicitada.

### Notas

- 1 É o caso da polêmica estabelecida por Veiga (2002), quando afirma que o Brasil é menos urbano do que se imagina.
- 2 Diversos autores buscam conceituar agricultura urbana e, em consequência, acabam por conceituar também o agricultor urbano. É o caso de Silva (2005), para quem a agricultura urbana é entendida “não só pelo cultivo de hortigranjeiros, frutas, flores e os bosques usualmente associados à coleta de combustíveis lenhosos, mas também a apicultura, piscicultura e criação de gado para a produção de leite, ovelhas, carneiros e cabritos” (p. 409).
- 3 A entrevista foi concedida por telefone à Ana Carolina Vinholi, uma vez que a condição de clausura não permite outras formas de contato.
- 4 Tal fato se assemelha ao que ocorre com os agricultores urbanos de Belo Horizonte. Segundo Lara & Almeida (2008, p. 23), “muitos/as são de origem rural e veem no desenvolvimento de atividades agropecuárias uma maneira de manutenção de sua cultura e tradição, além de buscarem na lida com a terra uma forma de lazer”. Segundo Queiroz (1973, p. 18), no campesinato a “família constitui sempre a unidade social do trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem as necessidades essenciais da vida, as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho”. Woortmann (1990) prefere usar o conceito de campesinidade, agregando à categoria um conteúdo moral.
- 5 Essa atividade, de acordo com Lara & Almeida (2008, p. 12), consiste no “cultivo de hortaliças, temperos e condimentos, raízes e tubérculos (batatas), plantas medicinais, espécies frutíferas e plantas ornamentais, bem como a criação de animais de pequeno, médio e grande porte”.
- 6 Em um trabalho realizado no município de João Pessoa (PB), Rosa & Ferreira (2006, p. 194) identificam elementos do mundo rural no modo de vida e na paisagem urbana. Para as autoras, “A existência de currais, estábulos, granjas, chácaras demonstra a permanência de atividades rurais não apenas como fonte de renda para alguns, mas também como manutenção de hábitos peculiares de alguns moradores”.
- 7 “Criação” é uma categoria nativa empregada pelos agricultores urbanos e rurais para definir o conjunto de animais domésticos, criados com a finalidade de produzir carne, leite e/ou ovos.
- 8 Essas evidências são descritas também por Bloemer (2000), referente ao estudo que realizou sobre migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Para a autora, “no segmento italiano, cabe aos meninos, em geral dos seis ou sete anos aos dez anos de idade, diferentes atividades executadas nesses primeiros momentos de suas vidas como acompanhamento às mães. São tarefas das crianças recolher as vacas para que sejam ordenhadas, fazer a permuta de pastagens desses animais, tratar de galinhas e porcos, levar bezerras para beber água, recolher lenha, buscar água em nascente próxima quando não há água encanada, recolher ovos, e ainda levar almoço para o pai e os irmãos mais velhos que estejam trabalhando na roça e que não retornam para o almoço quando esta fica muito distante da casa” (p. 119).
- 9 De acordo com Endlich (2006, p. 24), “As transformações produzidas nas comunidades rurais pelo processo de urbanização são marcadas pela proposição ou imposição, ao homem rústico, de certos traços de cultura material e não material. Impõem, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados, racionalização do orçamento, abandono das crenças tradicionais, individualização do trabalho e, finalmente, passagem à vida urbana”.
- 10 Calda bordalesa: preparado orgânico à base de cal e sulfato de cobre.

### Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária, Rio Claro (SP), vol. 28, nº1, 2 e 3, vol. 29, nº1, p. 49-67, jan.1998/ago. 1999.
- AMFRI. Associação dos municípios da foz do rio Itajaí. Dados estatísticos de Itajaí/ Municípios AMFRI. Itajaí: AMFRI, 2010.
- ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor. Agricultura urbana y periurbana como espacios de expresión de la interfase urbano-rural. Reunión de Antropología do Mercosul. Curitiba: IX RAM, 2011. p. 01-20.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural, in: SPOSITO, M. E. B. & WHITACKER, A. M. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

- LARA, Angela Christina Ferreira & ALMEIDA, Daniela (orgs.). *Agricultura urbana: Belo Horizonte cultivando o futuro*. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.
- MACHADO, Altair Toledo & MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. *Agricultura urbana*. Planaltina-DF: EMBRAPA Cerrados, 2002.
- MARTINS, Pedro & WELTER, Tânia. Dinâmica das redes de sociabilidade em uma comunidade rural do sul do Brasil. VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires: VIII RAM, 2009. p. 01-08.
- MIGUEL, Lovois Andrade & GRANDO, Marinês Zandavali (orgs.). *Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- MOREIRA, Crispim. Agricultura urbana e periurbana: por cidades verdes, produtivas e socialmente inclusivas, in: IV Fórum Urbano Mundial. Pequim, novembro, 2008.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ROSA, Lucelina R. & FERREIRA, Darlene A. O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum, in: SPOSITO, M. E. B. & WHITACKER, A. M. (orgs.). *Cidade e Campo*. Relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187-203.
- SANTANDREU, Alain & LOVO, Ivana Cristina. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*. Belo Horizonte: FAO, 2007.
- SILVA, Teresa Cruz. União Geral das Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 401-434.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: EdUFSC, 2006.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.
- VESENTINI, José Willian. *Sociedade e espaço: geografia do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WELTER, Tânia. Revisitando a comunidade Cafuza a partir da problemática de gênero. Dissertação de mestrado – PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1999.
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem moral, in: Anuário Antropológico 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

(Recebido para publicação em janeiro/2012.  
Aceito em abril/2012)